

VOLUME 16 NÚMERO 4

RESUMO CMI

ABRIL 2017



Dificuldades Permanentes: Pobreza Feminina em Malanje Rural, Angola

AUTORES

Iselin Åsedotter Strønen

Oswaldo Silva

Margareth Nangacovie

Cláudio Fortuna

Com a colaboração de Gilson Lázaro,
Inge Tvedten e Eyolf Jul-Larsen.

A pobreza rural em Angola é grave e diferenciada por género. Este artigo resulta de uma pesquisa de campo qualitativa realizada em 10 comunidades rurais do município de Kalandula, província de Malanje. Ele mostra que a pobreza feminina nas referidas comunidades é caracterizada por oportunidades limitadas de rendimento e subsistência, grande dureza física e vulnerabilidade social enraizada. Mães solteiras, viúvas, mulheres com saúde debilitada e idosos estão particularmente expostos à pobreza extrema.

Esta é um resumo do projecto de pesquisa “Cooperação no Domínio da Pesquisa e Desenvolvimento em Angola” entre a UCAN/CEIC e o CMI, enquadrado no sub-projecto “Género e Direitos Humanos”. Baseia-se na pesquisa de campo qualitativo e quantitativo* conduzido num município rural da província de Malanje, em Agosto de 2016, com o objectivo de compreender os múltiplos factores que condicionam e caracterizam a vida das mulheres pobres rurais.

* O estudo incluiu grupos focais, entrevistas individuais, observações no terreno e um estudo do agregado familiar abrangendo 240 agregados familiares. Os resultados deste último serão analisados numa próxima publicação.

Introdução

A pobreza rural em Angola, concebida em termos de rendimento, está estimada em 58%, enquanto a pobreza urbana se situa em 19% (INE 2016a). A população rural encontra-se em pior situação à luz da maioria dos principais indicadores económicos e de desenvolvimento humano, tais como: participação na força de trabalho, acesso à saúde e à educação, mortalidade geral e mortalidade infantil, acesso a serviços básicos (UE 2014).

Kalandula é um dos 14 municípios da província de Malanje, situado na região sudoeste. Tem uma extensão territorial de 7.037 km² e abriga aproximadamente 80.500 habitantes (INE 2016b). Compreende cinco comunas, sub-divididas em 18 regedorias¹ que correspondem a um total de 464 aldeias (Administração Municipal de Kalandula 2015). A comuna-sede, que tem o mesmo nome do município e é comumente designada por “Kalandula-sede”, dispõe de aproximadamente 16.400 habitantes e é lá que estão localizados a Administração Municipal, o Mercado Municipal, o Hospital Municipal, a Missão Católica, a única Escola Secundária de Formação de Professores² e outros serviços públicos. Em termos gerais, as aldeias estão em pior situação e são mais pobres quanto mais afastadas de Kalandula-sede e/ou das principais estradas. O acesso às aldeias do interior é feito apenas por estradas de terra-batida ou de asfalto em péssimo estado de conservação, as quais se tornam intransitáveis quando chove, deixando as aldeias praticamente isoladas do resto do território do município. O principal meio de locomoção dos habitantes da maioria das aldeias é andar a pé, dado que para eles é alto o custo de uma corrida de moto-táxi, em torno de 180,00 kz, isso em caso de haver algum disponível na comunidade.

Dados socioeconómicos básicos sobre Malanje rural

Malanje rural	2014/2015*
Número médio de pessoas por agregado familiar	4,1
Rácio homens/mulheres	95/100
Agregados familiares com acesso à água potável (%)	28
Agregados familiares com acesso à electricidade (%)	8,2
Agregados familiares com acesso a serviços sanitários adequados (%)	14
Agregados familiares a trabalhar no sector agrícola (%)	94,5
Mulheres que possuem certidão de nascimento (15 ou mais anos) (%)	24,9
Taxa de alfabetização entre as mulheres (15 ou mais anos)	10,1
Taxa de emprego entre as mulheres*	68,7
Mulheres matriculadas no ensino secundário (%)	11,2

* Saliente-se que esta taxa de emprego se refere principalmente ao trabalho agrícola, que corresponde a 66,2% de toda a actividade ocupacional na província de Malanje.

A tabela foi elaborada com base nos dados do Censo 2014 (INE 2016a e 2016b).

Serviços Públicos

Em teoria, muitas aldeias dispõem de instalações destinadas ao ensino primário, mas, na prática, as escolas frequentemente não funcionam ou apenas abrangem as primeiras classes. Revelando um alto grau de absentismo, os professores não aparecem na maior parte do ano lectivo. Em face disso, os residentes locais com algum nível de escolaridade são muitas vezes apontados pela comunidade para servirem como explicadores das crianças. Só existe escola secundária em Kalandula-sede, o que, de facto, a torna inacessível para muitos jovens.

Outra grande dificuldade para as populações locais diz respeito ao acesso ao registo civil, cujos serviços só estão disponíveis em Kalandula-sede. Muitos dos residentes de aldeias distantes não possuem recursos financeiros para pagar a deslocação e muito menos a famosa “gasosa”, a fim de obter a Certidão de Nascimento ou o Bilhete de Identidade. Como consequência, parte considerável das crianças não se pode matricular na escola ou, em caso limite, vê a sua matrícula condicionada até que o respectivo atestado de nascimento seja apresentado junto da Direcção da escola.

Os serviços de saúde em Kalandula consistem, fundamentalmente, no Hospital Municipal e num hospital materno infantil dirigido pela Igreja Católica local, ambos localizados em Kalandula-sede. Para além disso, existem quatro centros de saúde, um por cada comuna, e 19 postos de saúde rudimentares nas áreas mais remotas. Estes, na sua maioria, ou não funcionam por falta de recursos técnicos e humanos ou são dirigidos por técnicos de saúde e até mesmo por leigos, que quase sempre não se encontram de plantão.

O Hospital Municipal compreende, quanto à infra-estrutura, uma enfermaria de maternidade, uma enfermaria pediátrica, uma enfermaria de consulta geral e uma enfermaria de observação, mas não tem instalações cirúrgicas³. Isto significa que os pacientes que precisam de qualquer tipo de intervenção cirúrgica têm de se deslocar a Malanje ou a Luanda, uma viagem impossível para muitos. Na altura da pesquisa, a única ambulância do Hospital Municipal encontrava-se avariada e não havia dinheiro para a sua reparação.

Também no momento da pesquisa de campo se constatou que o Hospital Municipal dispunha de uma equipa cubana⁴ constituída por um médico, um administrador de saúde/estatístico e um farmacêutico e coadjuvada por enfermeiras e alguns técnicos de saúde angolanos. O “trio cubano”, como era chamado, tinha sob sua gestão um programa preventivo de proximidade (vacinação, teste da malária, consulta geral) nas aldeias periféricas. No entanto, devido ao grande número de aldeias e à longa distância entre elas, estas visitas eram raras.

Produção e rendimento

A grande maioria dos residentes no município de Kalandula depende da agricultura de subsistência. A cultura mais importante é de longe a mandioca, a qual, depois de transformada em farinha (*fuba* ou farinha de mandioca), constitui o principal ingrediente alimentar e muitas vezes a única fonte de rendimento em dinheiro para as famílias. Para além da mandioca, algumas pessoas produzem culturas como tomate, amendoim, batata-doce, batata rena e feijão. Com algumas excepções, a produção agrícola é desenvolvida apenas com ferramentas básicas: catanas, enxadas e pás. Em algumas aldeias, há alguns bois que podem ser alugados e usados para arar a terra. Alguns agregados familiares dedicam-se à criação de animais, como porcos, galinhas e cabras, mas esta é uma actividade insegura devido ao alto risco de doenças animais e roubo.

Tanto homens como mulheres podem ganhar dinheiro trabalhando nos terrenos de outras pessoas. Os biscates como os de pedreiro para fazer tijolos de barro e construir casas de tijolo cru e

telhados de capim ou de zinco, geralmente apenas estão disponíveis para homens. Afora estas fontes de rendimento, o emprego remunerado é extremamente escasso e só se encontra em Kalandula-sede. A pobreza material varia de agregado familiar para agregado familiar, mas, em geral, é extremamente grave (ver Tvedten e Lázaro 2016). Enquanto alguns possuem, literalmente, apenas um mínimo de roupas, panelas e baldes de plástico, outros possuem, por exemplo, cadeiras e mesa de plástico e, nalguns casos, uma motocicleta que representa um enorme investimento para a família.

A maioria das pessoas depende inteiramente da sua própria produção para se alimentar. Além disso, as pessoas necessitam de dinheiro para poderem comprar proteínas e outros géneros alimentícios (no mínimo sal e óleo para cozinhar), pagar as propinas escolares, livros e uniformes, despesas de saúde, certidões de nascimento, transporte, roupa, sabão e outras coisas mais.

De um modo geral, a capacidade de a pessoa produzir comida suficiente para subsistência e, mais do que isso, produzir para obter rendimento em dinheiro ou para permuta está intrinsecamente condicionada pela sua força de trabalho (idade, saúde, força física), pela possibilidade de obter ajuda em termos de mão-de-obra da sua família mais próxima (ou ter um excedente económico para pagar mão-de-obra extra) e pela possibilidade de converter excedente agrícola em dinheiro ou produtos permutados.

Esta última possibilidade depende, em grande medida, do acesso aos centros de comércio de produtos alimentares, acesso esse que, por sua vez, está condicionado pela distância até aos mercados, pela qualidade das estradas e pelos meios de transporte ao alcance. Vistos em conjunto, estes factores estruturam a “janela de oportunidades” para cada um, a qual pode mudar consideravelmente ao longo do ciclo da vida e está também, como exploramos a seguir, claramente ligada ao género.

A vida quotidiana das mulheres

A vida das mulheres em Kalandula é extremamente dura. As mulheres cultivam as suas próprias lavras, que servem de fonte de alimentação para si e para a prole, para além de executarem todas as tarefas domésticas relacionadas com a criação dos filhos. À luz das normas sociais patriarcais, não se espera que os homens participem do trabalho doméstico, o que significa que as mulheres são responsáveis – às vezes com a ajuda dos filhos, principalmente as raparigas – por ir buscar água, preparar a comida, lavar a roupa, limpar a casa e à volta dela, levar e buscar os filhos à escola (se é que a frequentam) e demais tarefas domésticas. Os homens apenas são responsáveis por cuidar do seu próprio terreno, e “depois tomam um banho, sentam-se e esperam pela comida”, como foi dito por muitas mulheres.

Nas comunidades que visitámos, a distância até ao ponto de água mais próximo, muitas vezes um rio, variava entre 5 e 30–40 minutos. A água é transportada à cabeça, em bidões de plástico de 15 e 25 L. As mulheres caracterizam esta tarefa como extremamente demorada e cansativa.

Em média, as mulheres gastam diariamente de 12 a 14 horas na lavoura. As lavras situam-se longe (i.e. até duas horas a pé) das aldeias de residência porque, caso contrário, os porcos comeriam as plantações. Marido e mulher cultivam terrenos separados e a produção pertence, por direito, a cada um, mas, às vezes, ajudam-se mutuamente nas diferentes fases do ciclo produtivo ou partilham a produção para consumo. Seja como for, os homens devem entregar alguma da sua produção (ou dinheiro) às esposas em troca da comida que elas preparam para eles. As mulheres podem utilizar a mão-de-obra dos filhos (caso estes se disponham) no cultivo até os mesmos constituírem a sua própria família.

A poligamia é frequente em Kalandula e os homens podem constituir diversas famílias na mesma ou em diferentes aldeias. Nesse caso, o homem é, pelo menos em teoria, obrigado a disponibilizar para cada esposa a mesma quantidade de força de trabalho e uma compensação em dinheiro ou em espécie pela comida que ela prepara para ele. Não é um facto raro os homens terem também namoradas sob a forma de relações esporádicas. A poligamia e outros arranjos extra-conjugais são, frequentemente, uma fonte de conflito. Para além das questões emocionais e sociais e das desavenças conjugais daí resultantes, a poligamia leva à redução do apoio económico e da força de trabalho que a mulher recebe do marido.

Subsistência e trabalho

Em Kalandula, raramente existe trabalho remunerado para mulheres, excepto nos poucos empregos disponíveis como empregadas domésticas ou empregadas de limpeza e cozinheiras em instituições públicas e privadas, mormente estabelecimentos comerciais, localizados em Kalandula sede. Trabalhar por dinheiro em lavras de outras pessoas exige que se tenha capacidade física para o fazer, acumulando com o trabalho necessário para a produção de subsistência no sua própria lavra. Consequentemente, esta não é uma opção frequente para muitas pessoas. Nas aldeias próximas de Kalandula-sede, algumas mulheres residentes dedicam-se à venda de mandioca e de outros produtos no Mercado Municipal. Outras vendem peixe proveniente dos rios locais, como o Lucala e o Kuango, ou trazem peixe de Malanje para vender. Vendedoras do Mercado também se envolvem em *kixikila* (grupos de poupança) ou partilham mão-de-obra e recursos.

No entanto, a distância até ao Mercado Municipal é um factor crucial. Potencialmente, as mulheres podem transportar mandioca ou outros produtos agrícolas das aldeias do interior para o Mercado. Todavia, isso requer não só que elas tenham efectivamente um excedente para vender, mas também que haja uma estrada acessível, que seja economicamente viável pagar pelo transporte (normalmente em moto-táxi) ou que seja fisicamente possível transportar a mercadoria a pé, desde que tenha condicionamento físico adequado para a viagem. Ocasionalmente, compradores deslocavam-se a algumas aldeias remotas para adquirir produtos destinados à capital do país, Luanda (a 355 km). Do mesmo modo, vendedores itinerantes apareciam para troca directa de mandioca por produtos essenciais (roupas, sabão, óleo de cozinha, sal), constituindo não raro o único meio de aquisição de bens para aquelas pessoas sem recursos monetários. Contudo, estas visitas diminuíram consideravelmente – e em alguns casos deixaram de ocorrer – no rescaldo da eclôso da recente crise económica. Ademais, a “taxa de câmbio” da troca directa também aumentou.⁵ Em consequência, a capacidade das pessoas de pagar e adquirir bens e serviços deteriorou-se ainda mais.

As mulheres exprimiram, de forma inequívoca, que a crise económica foi fortemente sentida localmente. Em particular, foi notória na subida dos preços de artigos domésticos básicos, especialmente do sal, óleo de cozinha e sabão, mas também na redução das oportunidades de mercado e da circulação de dinheiro.

As mulheres das aldeias rurais afirmaram também que as más condições das estradas e a falta de transporte constituíam grandes problemas. Frequentemente, não tinham outra alternativa senão deslocar-se a pé durante horas – muitas vezes com os filhos às costas – até Kalandula-sede para consultas pré-natais, vacinação das crianças e assistência médico-medicamentosa para os filhos. Às vezes, as crianças morriam porque não chegavam a tempo ao hospital, o que ainda é recorrente.

Questões de saúde e violência doméstica

A idade média local para uma mulher ter o primeiro parto anda à volta dos 15 anos. Em Malanje, as mulheres rurais têm, geralmente, entre três e cinco filhos (INE 2016a). Embora os dados estatísticos mostrem que a mortalidade materna é um grande problema na Angola rural (UNICEF 2014), as mulheres que entrevistámos, bem como o pessoal de saúde local, sustentavam que as mortes maternas eram ocorrências raras. O médico do “trio cubano” explicou esta excepção à regra, declarando que as mulheres locais estavam geneticamente bem adaptadas aos partos. A maioria das aldeias tem uma parteira tradicional. O hospital municipal desenvolveu um programa de capacitação, ensinando-as a identificar potenciais partos de alto risco, devendo, nesse caso, a mulher ser levada ao hospital para aí dar à luz.

As mulheres que entrevistámos declararam que sofriam enormemente de dores musculares e ósseas devido à sua pesada carga de trabalho. Isto foi também confirmado pelo pessoal de saúde do município. Carregar água com frequência causava uma inflamação muscular na região do tórax. A par disso, as doenças prevalentes eram a malária, a anemia (especialmente entre as mulheres grávidas e entre as crianças) e as doenças respiratórias, seguidas pela malnutrição e tuberculose. As fontes de água locais são, em geral, de má qualidade, especialmente na época das chuvas, o que causa também graves problemas de saúde.

A violência doméstica é um tabu social em Angola e, assim, também em Kalandula. No entanto, a questão surgiu em várias ocasiões, indicando que é uma ocorrência frequente. Os conflitos resultantes da poligamia e ligados ao dinheiro são questões que podem desencadear violência doméstica. As normas patriarcais locais impõem a obediência da mulher ao seu marido. Deste modo, a esposa não deve protestar quer contra o desvio dos recursos financeiros da família por parte do marido quer contra o envolvimento deste com outras mulheres. As esposas nem sequer estão em posição de pedir aos maridos que as ajudem nas tarefas domésticas.

Vulnerabilidades ligas ao género

A importância de ser capaz de cultivar produtos suficientes para a subsistência e pelo menos um pequeno excedente para comercializar ou permutar não pode ser ignorada.⁶ Em diversas ocasiões, as mulheres entrevistadas diziam: “se não fores ao campo, morres”. As pessoas que eram incapazes de produzir (o suficiente) para a sua própria subsistência ficavam dependentes da caridade de familiares e vizinhos para se alimentarem. Todavia, dado que a maioria era pobre e, em alguns casos, contava com um número escasso de familiares na aldeia de residência, essa ajuda não estava necessariamente garantida. De um modo geral, a precariedade generalizada desafiava a capacidade de manter os tradicionais laços de reciprocidade.

Em muitas aldeias, as mães solteiras são frequentes, tal como a fuga ao reconhecimento da paternidade. Quando se casam, as mulheres mudam-se para a aldeia do marido, o que, muitas vezes, implica ficar a viver longe da sua família.⁷ Isto a torna indefesa no caso de disputas conjugais e limita-lhe a possibilidade de tirar partido dos laços de ajuda recíproca.

De acordo com as normas locais e sistemas familiares, se o marido deixa a sua esposa, é-lhe permitido expulsá-la de casa e do seu terreno de cultivo (que ela obteve da família dele através do casamento). Uma mulher que entrevistámos tinha acabado de passar por esta experiência quando o seu marido, depois de uma disputa conjugal, decidiu pela separação para ficar apenas com a sua segunda esposa. A primeira esposa, de 30 anos, foi abandonada com seis filhos com idades entre os seis meses e os 11 anos, todos vivendo numa pequena habitação alugada. Ela sobrevivia trabalhando nas plantações de mandioca de outras pessoas, para além de cultivar amendoim e outros produtos em conjunto com outra mãe solteira e vender no mercado de Kota, uma comuna vizinha, e em mercados de Malanje. Embora todos os que vivam numa aldeia tenham direito a uma pequena parcela de terra para cultivar⁸, essa mulher não era capaz de iniciar a exploração de um novo terreno agrícola devido à sobrecarga de tarefas doméstico, em particular a tutela das suas crianças pequenas.

Encontrámos também várias mulheres idosas que viviam uma existência absolutamente básica por causa das suas limitadas capacidades físicas e da ausência de fontes sociais alternativas de rendimento. A falta de recursos monetários e a debilitada saúde configuram obstáculos a mais à inclusão social, como no caso da procura de serviços de saúde pelas mulheres idosas a viver em áreas remotas.

Conclusão

De um modo geral, as condições de vida da população rural de Kalandula são extremamente difíceis. O acesso a serviços públicos oscila entre precário e praticamente nenhum e as redes de segurança social, em vista de choques externos e a vulnerabilidade enraizada, praticamente não existem. A crise económica, com os seus impactos, só veio agravar ainda mais esse quadro crítico. Neste contexto, as mulheres, nomeadamente mães solteiras, idosas e de saúde debilitada, são particularmente vulneráveis. A par de uma enorme carga de trabalho nos campos de cultivo agrícola e dos (frequentes) partos sucessivos desde uma idade precoce, as mulheres assumem a principal responsabilidade da reprodução do agregado familiar. As normas culturais e sociais colocam as mulheres numa posição inferior face aos homens, dando-lhes pouco espaço de manobra. Estas condições sociais, culturais e materiais que estruturam as vidas das mulheres constituem um círculo vicioso que é difícil contrabalançar. Para rompê-lo, revela-se imprescindível a inclusão nos mecanismos formais de educação, informação e mobilização colectiva. Sem isso, certamente a vida das mulheres de Malanje rural continuará a ser, para a maioria, uma vida de permanentes dificuldades e vulnerabilidade.

Fontes

Administração Municipal de Kalandula. 2015. *Relatório de Balanço 2015*. Malanje: Administração Municipal de Kalandula.
 INE. 2016a. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
 INE. 2016b. *Recenseamento Geral da População. Resultados Definitivos da Província de Malanje*. Luanda: Instituto Nacional de Estatística.
 Tvedten, Inge e Lázaro, Gilson. 2016. *Marginalization and Poverty in Rural Malanje, Angola. CMI Brief 15 (18)*. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
 UE. 2014. *Diagnóstico de Género de Angola*. Luanda: União Europeia.
 UNICEF. 2014. *Angola. Country Programme Document*. UNICEF.

Endnotes

- Regedorias são unidades administrativas territoriais governadas por regedores e regedoras que exercem a liderança administrativa (dentro do sistema estatal formal), bem como moral, religiosa e tradicional.
- Trata-se do Instituto Médio de Formação de Professores «Comandante Cuidado», criado em 2010.
- Na altura da pesquisa, o hospital municipal tinha recebido algum equipamento para criar uma enfermaria cirúrgica, mas os fundos adicionais para a instalar e fazer funcionar pararam «algures no sistema».
- Desde os primeiros anos após a Independência de Angola que existe um acordo de cooperação com Cuba na área da saúde, que envolve, sobretudo, o envio de pessoal de saúde cubano.
- I.e. enquanto antes se podia adquirir uma barra de sabão por uma *mangwana* (balde de plástico que serve como unidade de medida) e meia de mandioca, agora tem de se «pagar» três.
- A mandioca tem um ciclo de produção longo (aproximadamente dois anos desde a sementeira até à primeira colheita), e o grau de vulnerabilidade das pessoas pode assim ser cíclico, dependendo das circunstâncias da vida, do rendimento das colheitas e de choques externos. As pessoas cultivam vários terrenos ciclicamente, a fim de poderem colher sucessivamente. No entanto, o longo ciclo de produção implica também que mudar para outro lugar em caso de adversidades locais (seja por causa das más condições locais em geral ou, numa perspectiva de género, no caso de divórcio por exemplo), não é necessariamente uma opção viável porque se ficaria sem produzir, e consequentemente sem comida, durante muito tempo.
- Em terminologia antropológica, estas famílias são sociedades matrilineares, patrilineares e polígamas.
- O acesso à terra é controlado pela autoridade tradicional local, o *soba* (ver Tvedten e Lázaro 2016)



CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola)

Tel: +244 922 280 541
 +244 916 043 345
 E-mail: administration@ceic-ucan.org
 www.ceic-ucan.org

Localização: Avenida Pedro de Castro Van Dúnm Loy 24, Bairro Palanca, Município do Kilamba-Kiaxi, Caixa Postal 2064, Luanda, Angola



CMI (Chr. Michelsen Institute)
 Telephone: +47 47 93 80 00
 Fax: +47 55 31 03 13
 E-mail: cmi@cmi.no
 www.cmi.no

Caixa Postal 6033,
 N-5892 Bergen, Norway
 Endereço na Noruega:
 Jekteviksbakken 31, Bergen

Editor: Ingvild Hestad
 Designer Gráfico: Kristen B. Hus
 ISSN 0809-6732 (impresso)
 ISSN 0809-6740 (PDF)